

REQUERIMENTO Nº DE

Requeiro, nos termos do inciso IV e § 7º do art. 154 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão de Debates Temáticos, a ser realizada em data oportuna, a fim de debater o PL 1293/2021-Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário; institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária, a Comissão Especial de Recursos de Defesa Agropecuária e o Programa de Vigilância em Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais (Vigifronteiras); altera as Leis nºs 13.996, de 5 de maio de 2020, 9.972, de 25 de maio de 2000, e 8.171, de 17 de janeiro de 1991; e revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 467, de 13 de fevereiro de 1969, e 917, de 8 de outubro de 1969, e das Leis nºs 6.198, de 26 de dezembro de 1974, 6.446, de 5 de outubro de 1977, 6.894, de 16 de dezembro de 1980, 7.678, de 8 de novembro de 1988, 7.889, de 23 de novembro de 1989, 8.918, de 14 de julho de 1994, 9.972, de 25 de maio de 2000, 10.711, de 5 de agosto de 2003, e 10.831, de 23 de dezembro de 2003.

Proponho para a sessão a presença dos seguintes convidados:

1. Carla Lettieri - Animal Equality
2. Francisco Garcia, -Núcleo de Justiça Animal (NEJA) da UFPA
3. José Ciocca - World Animal Protection (WAP)
4. Carlota Aquino Costa – Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC)
5. Representante do movimento Todos Juntos contra o Câncer-
(TJCC)
6. Representante da Associação Brasileira de Saúde Coletiva
(ABRASCO)



7. - Adrienne Paixão Cruz- Câmara Temática da Agricultura Familiar do Consórcio Nordeste (CNE).
8. Erasmo Araújo de Lucena - Câmara Temática da Agricultura Familiar do Consórcio Nordeste (CNE.)
9. Rodrigo Noleto - Instituto, Sociedade, População e Natureza (ISPN).
10. Janus Pablo -ANFFA Sindical



JUSTIFICAÇÃO

O PL 1293, de 2021, modifica radicalmente o modelo de fiscalização federal de defesa agropecuária. Para sua instrução, já foi realizada uma Audiência Pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a participação de defensores da matéria e com apenas uma voz destoante, a da ANFFA Sindical (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários).

Não obstante, inúmeros outros setores da sociedade têm procurado os/as Parlamentares que compõem esta Comissão solicitando a realização de nova Audiência Pública para que suas observações e questionamentos sejam ouvidos. Podemos agrupar tal demanda em três grandes grupos: defesa do consumidor, proteção aos animais e agricultura familiar. Suas demandas são pertinentes e devem ser ouvidas em um processo legislativo democrático.

Sala das Sessões, 13 de julho de 2022.

Senador Paulo Rocha
(PT - PA)
Líder do PT